

Editorial

A 23^a edição, que trabalha assuntos das áreas jurídico-contábeis, começa apresentando *Os novos parâmetros legais para o trabalho doméstico brasileiro*, o qual buscou demonstrar que as recentes alterações legislativas no trabalho doméstico, apesar do alarde de que buscaram igualar seus titulares aos trabalhadores comuns, burocratizaram relação outrora informal e mitigaram algumas de suas antigas vantagens, comprometendo a eficácia dos direitos que consagram.

Improbidade administrativa: aspectos controvertidos da Lei nº 8.429/92 teve como objetivo analisar as várias controvérsias relacionadas à improbidade administrativa, desde a evolução histórica até as efetivas sanções a serem imputadas aos agentes públicos em geral. Inicialmente, trazendo à análise os vários momentos históricos pelos quais se evoluiu a probidade administrativa e a figura do Estado, seu conceito, até chegarmos à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a especial previsão do artigo 37, § 4^o.

O artigo *A atribuição do delegado de polícia para a propositura e formalização de acordo de colaboração premiada na Lei de Combate ao Crime Organizado (Lei nº 12850/2013)* realizou análise da normativa sobre a evolução do instituto da colaboração premiada no ordenamento jurídico nacional, com o fim de apontar relevantes aspectos jurídicos para que se possa enfrentar a problemática da aplicação deste instrumento de obtenção de provas no ordenamento pátrio. Pretendeu-se demonstrar que, com o advento da Lei nº 12.850 de 02 de agosto de 2013, além de inovar o instituto da colaboração

premiada no ordenamento interno, acabou por estruturar os requisitos que o Poder Judiciário, Ministério Público e Polícia Judiciária devem seguir na aplicação e celebração de acordos de colaboração premiada. Assim, o objetivo deste estudo é analisar a capacidade do delegado de polícia para a propositura e formalização do acordo de colaboração premiada, nos moldes da Lei nº 12.850/2013.

A arbitragem no Direito do Trabalho brasileiro teve como objetivo estudar a arbitragem como forma alternativa de solução de conflitos no direito brasileiro, em especial nas relações de trabalho. Sua aceitação pela jurisprudência trabalhista é pacífica em matéria de direito coletivo, mas nas questões decorrentes das relações individuais de trabalho a aceitação é mais polêmica.

Na área contábil apresentamos *Contabilidade gerencial como instrumento de tomada de decisão: um estudo de caso em uma microempresa em Mogi Guaçu*. Neste trabalho, discutiu-se que as microempresas representam uma parcela significativa da economia e necessitam de sistemas de informações que suportem o seu gerenciamento e decisões diárias, dentre eles, instrumentos da contabilidade gerencial que possibilitam aos gestores melhor acompanhar e atender os objetivos destas empresas. O objetivo geral é demonstrar os instrumentos de contabilidade gerencial abordados pela literatura e quais destes instrumentos são utilizados pela empresa pesquisada.

As experiências de Business Intelligence (BI) no setor público brasileiro analisou a aplicação da tecnologia de BI no setor público brasileiro a partir de pesquisa bibliográfica que selecionou e analisou 26 artigos sobre as aplicações da tecnologia de BI na administração pública, em diferentes esferas de governo.

Finalizando, o trabalho Planejamento tributário: comparação entre tributações como base uma empresa do setor metal mecânica objetivou verificar a forma de tributação menos onerosa para uma indústria do ramo metal mecânica, utilizando para esta finalidade, dados de 2015, para projeções de resultados de 2017.